

## Breve contextualização histórica da indústria de lanifícios da Beira Interior

Elisa Calado Pinheiro

### Resumo

Após 40 anos da mais intensa desagregação do tecido industrial da Beira Interior, admitir-se como possível a reindustrialização da região poderá considerar-se um utópico desiderato, sobretudo por surgir como uma resposta irrealista na atual conjuntura. Todavia, constituirá a derradeira oportunidade de combater a situação de desertificação acelerada em que se encontra mergulhado o território. Quando se constata o ritmo inexorável a que este parece estar destinado pelo desaparecimento dos seus últimos mais diretos atores, intenta-se apresentar, numa breve revisitação, em perspetiva histórica, a evolução dos lanifícios na Beira Interior. Procurar-se-á auscultar-lhe os ritmos de desenvolvimento e alguns dos seus mais estruturais bloqueios, com o objetivo de aquilatar-se das potencialidades de uma intervenção conjugada de revitalização do tecido empresarial no âmbito da herança cultural laneira.

### 1. Uma indústria milenar na região

A indústria de lanifícios é indissociável do espaço natural, rico de diversidades, que configura a Beira Interior. O território, polarizado pela forte presença da Serra da Estrela, transformou-se numa região propícia a uma autossustentabilidade garantida pelas atividades agro-pastoris, pela caça, pela pesca nos rios e ribeiros, pelo abastecimento de lenhas e pela abertura à penetração mercantil. Estes condicionalismos permitiram a alguns aglomerados populacionais da sua área, a par do desenvolvimento da pastorícia, a especialização no fabrico dos panos. A montanha, ao propiciar ao gado os pastos naturais, foi ponto de encontro dos grandes trajetos da transumância, que a cruzaram num tempo longo, em diversas direções. Facilitaram-lhe ainda o acesso direto à matéria-prima que alimentou esta indústria - a lã - bem como à energia indispensável à sua produção e desenvolvimento, a partir da utilização da água e das lenhas que a serra prodigamente oferecia.

### 2. Breve contextualização histórica

Foi nas grandes aldeias e vilas da *corda* da Serra da Estrela que, desde cedo, a indústria de lanifícios nacional começou a concentrar-se, situação atestada por um número já significativo de documentos medievais.

A implantação, ao longo do tempo, das unidades industriais no território permite-nos identificar algumas das suas configurações regionais e dos seus padrões de localização. Para além dos fatores decorrentes da influência dos recursos naturais, terão sido as próprias estruturas socioeconómicas

regionais, de base agro-pastoril, que potenciaram a evolução da indústria doméstica rural para a manufatura capitalista. Uma extensa colónia de cristãos-novos encontrou nesta região de interior uma oportunidade rentável de negócio, aliada a uma maior segurança pessoal. O isolamento que o território propiciava às contínuas perseguições da Inquisição, particularmente ativa no séc. XVII e na primeira metade do séc. XVIII, constituiu um significativo fator de fixação. Poderemos facilmente constatar, particularmente na Covilhã, que as fábricas fundadas por um conjunto de empresários cristãos-novos, como os Pereira da Silva, os Pessoa de Amorim, os Mendes Veiga e os Nunes de Sousa pontuou, durante mais de um século, a produção dos lanifícios covilhanenses, desde pelo menos o último quartel do séc. XVIII até ao último do séc. XIX, tendo os seus edifícios marcado até à atualidade a paisagem industrial da cidade.

### 2.1. O tempo das manufaturas

A Covilhã, sobretudo a partir do séc. XVI, foi-se individualizando na Beira Interior como um centro lanifício suscetível de servir de base à aplicação de uma nova política de desenvolvimento industrial do país, logo que se tornou viável realizá-la. A primeira intervenção estatal ocorreu em 1677, com o empenhamento direto de D. Luís de Meneses (1632-1690), terceiro conde de Ericeira, deputado da Junta dos Três Estados e vedor da Fazenda. Consistiu na criação, na ribeira da Carpinteira, da primeira manufatura de Estado, a *Fábrica de Sarjas e Baetas*, que resultou da concessão de um contrato de exclusivo, feito pelo Estado, a um conjunto de particulares, cristãos-novos, associados para o efeito<sup>1</sup>. A experiência desenvolvida na Covilhã foi replicada pelo conde de Ericeira e, seguidamente por D. Pedro II, nas vilas da Beira Interior de Manteigas, Melo e Fundão, se bem que, neste último caso, por um escasso período de tempo.

No séc. XVIII, no âmbito da política pombalina de fomento da indústria de lanifícios, a Covilhã voltou a ser escolhida pelo poder central para protagonizar uma das suas mais significativas intervenções. Consistiu na criação, próxima da ribeira da Goldra, da *Real Fábrica de Panos*. Esta manufatura estatal, fundada pelo Marquês de Pombal, em 1764, dependia diretamente da Junta do Comércio. Pretendeu-se transformá-la numa escola de aprendizagem, para servir de modelo aos fabricantes locais, certificar-lhes a qualidade da produção e apoiá-los, sobretudo, na realização das operações de tinturaria e acabamento dos tecidos, que exigiam equipamentos e conhecimentos técnicos mais especializados. O sistema de produção manufatureiro era misto, caracterizando-se pela concentração das operações de ultimação e tingimento no novo edifício e pela coordenação, em regime de produção dispersa, das operações de preparação e tecelagem. Um conjunto de dinâmicos negociantes, maioritariamente cristãos-novos, começou a instalar as primeiras manufaturas à sombra da Real Fábrica. Anunciando o aparecimento das primeiras fábricas verticais, as primitivas oficinas de tinturaria e acabamentos foram assim sendo complementadas com novas secções destinadas à concentração da fiação e da cardação.

## 2.2. O tempo da maquinofatura

Até praticamente aos inícios do séc. XIX, a produção serrana destinava-se ao consumo interno. A partir de então, a indústria covilhanense, para além de continuar a fornecer os fardamentos militares, até então sob coordenação da Real Fábrica de Panos, passa a abastecer o mercado nacional metropolitano e colonial e, em menor escala, o brasileiro e transfronteiriço. A produção paneira é maioritariamente transacionada nas feiras de Mangualde e de Viseu, onde ocorrem numerosos comerciantes, sobretudo do Porto, que a distribuem pelas províncias de Trás-os-Montes e do Minho, ou a exportam para a Galiza e o Rio de Janeiro. As grandes empresas enviam-na diretamente para Lisboa, de onde uma parte embarcava para o Brasil<sup>ii</sup>.

A conjuntura nacional irá favorecer esta evolução no âmbito das políticas de desenvolvimento industrial empreendidas inicialmente pelo Setembrismo, através das políticas pautais protecionistas de 1837 e, a partir de meados do século, pela *Regeneração*. Em 1852, é criado, em Lisboa, o *Instituto Industrial* e, no Porto, a primeira escola industrial do país. Esta, em 1864, viria a ser convertida no *Instituto Industrial e Comercial do Porto*, tendo-se, neste último ano, estabelecido "desde já escolas industriais em Guimarães, Covilhã e Portalegre, e no futuro nas terras do reino que pela sua importância fabril carecerem delas"<sup>iii</sup>. A Covilhã detinha então o poder económico e uma florescente industrialização que justificavam esta distinção. Todavia, só passados vinte anos, estas medidas vieram a ser aplicadas por intervenção direta do ministro António Augusto de Aguiar, que instituiu "de novo" o ensino técnico. Subscrito por ele e por Hintze Ribeiro, por decreto de 3 de Janeiro de 1884, para além de oito escolas de Desenho Industrial, é criada, na Covilhã, a primeira escola industrial do país. Esta, particularmente na área do debuxo, virá a desempenhar, durante cerca de um século, um papel crescente na formação dos mais especializados técnicos têxteis na metrópole e colónias, bem como no Brasil.

Ao longo do século XIX, a fonte energética dominante na região era a hidráulica. A primeira máquina a vapor viria a ser instalada em Castelo Branco, numa unidade mista, destinada a fazer acionar uma cardação de lã e um lagar de azeite. Tratava-se da empresa *Morões & C<sup>a</sup>*,<sup>iv</sup> fundada em 1856, e que trabalhava em exclusividade para a fábrica covilhanense de *Francisco Nunes Marques de Paiva*<sup>v</sup>. Na Covilhã, só em 1864 se tem notícia da primeira máquina a vapor, destinada a fazer acionar 6 pisões cilíndricos, precisamente nesta última fábrica, considerada então modelar e que viria a ser integrada na *Companhia Nacional de Lanifícios*<sup>vi</sup>. Um dos sócios desta última firma era José António Morão, o primeiro visconde de Morão, fundador da firma *Morões & C<sup>a</sup>*<sup>vii</sup>.

Na indústria covilhanense, a par da generalizada carência de instrução profissional, sobressaía o profundo isolamento provocado pela falta de vias de comunicação, o que dificultava a colocação dos produtos nos mercados de consumo e encarecia o preço da lã proveniente do Alentejo, agravado pela carência de mercados abastecedores de lãs. A indústria debatia-se ainda com uma

crónica insuficiência de capitais, terreno propício ao florescimento da agiotagem e da usura. Estes condicionalismos eram compensados pelos baixos salários praticados e pela utilização intensiva da energia hidráulica.

Entre 1864 e 1881, registou-se uma significativa evolução industrial, apesar de continuar a concentrar-se maioritariamente no concelho da Covilhã. Se em 1864, contabilizava 9 fábricas completas, 22 incompletas e 17 oficinas<sup>viii</sup>, em 1881, de acordo com os dados do *Inquérito industrial* desse ano, registavam-se já 68 fábricas, das quais 17 eram completas, para além de 55 incompletas, então consideradas "*pequenas fábricas*". As empresas de maior destaque eram então as de *José Mendes Veiga Sucessor* e a *Campos Mello & Irmão*, ambas com mais de 400 trabalhadores cada<sup>ix</sup>.

Entre 1878 e 1890, a Covilhã foi a cidade portuguesa que registou o maior crescimento demográfico e a maior ponderação da população ativa industrial, só comparável à do Porto, com um impacto direto na arquitetura urbana<sup>x</sup>.

Em 1890, o concelho da Covilhã reforçava, no contexto regional, a sua notoriedade. Tinha 93 fiações e tecelagens instaladas e 577 pequenas indústrias, 10 tinturarias e 4 pisões. Empregava 4.681 operários (97,5% dos operários do distrito), dos quais mais de 4 mil eram tecelões, 48 tintureiros e 14 pisoeiros. Detinha 95% do total de teares da região (125 mecânicos e 1.616 manuais) e instalara já 26.515 fusos de fiação. Estes indicadores atestam a hegemonia industrial do concelho comparativamente aos restantes do distrito, onde predominavam as pequenas fiações e tecelagens em regime doméstico<sup>xi</sup>.

### 2.3. A disseminação industrial

Nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, o processo de industrialização verificado na Beira Interior, com particular incidência nos concelhos de Covilhã, Gouveia e Manteigas, registou uma acentuada evolução, atendendo ao aproveitamento de um conjunto de circunstâncias favoráveis.

Todavia, com a instauração da República um conjunto de perturbações sociais veio encontrar um significativo eco na indústria. O movimento operário começara a ganhar consistência política e social. O proletariado começa a insurgir-se contra as condições de miséria em que vivia, reivindicando melhores salários, passando o patronato a responder com uma tentativa de cartelização sobre os salários, os preços da produção e as condições de venda.

O mapa dos estabelecimentos da indústria de lanifícios da circunscrição da região Centro, reportados a 1911, que abarcava os distritos de Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco, regista 160 estabelecimentos e 6.037 operários. Apesar de uma ligeira redução, a Covilhã possuía 91 das 95 empresas do distrito, nas quais trabalhavam 3.012 operários, e detinha 30 motores a vapor e 24 de explosão, para além dos 79 hidráulicos<sup>xii</sup>.

A I Guerra Mundial (1914-1918) viria a constituir uma oportunidade para o desenvolvimento da indústria regional, que viu significativamente aumentadas as exportações. Apesar dos anos de crise e pessimismo, das fomes e da peste, a indústria regional soube aproveitar uma conjuntura que se lhe tornou favorável. Para além do facto de os países beligerantes terem descontinuado a sua produção, era generalizada a carência de variados produtos de lã, particularmente cobertores, que passaram a ser produzidos em grande escala, por toda a região.

#### 2.4. Do Condicionamento Industrial à desagregação industrial

Na sequência da instauração do Estado Novo, em 1926, o corporativismo de associações transmutou-se em corporativismo de Estado. Atendendo à significativa desaceleração do crescimento industrial e à estagnação dos mercados, logo em 1927, foram reforçadas as medidas protecionistas visando limitar as importações de lanifícios do estrangeiro. Estas foram seguidas pela aprovação de um conjunto de legislação que corporizou as políticas fortemente centralizadas e intervencionistas do regime, particularmente, a Lei do Condicionamento Industrial, de 1931, e os regulamentos de 1931 e 1937. Estas passam a obrigar à prévia autorização do poder central nas mais diversas situações, de que se salientam as seguintes: sempre que se pretendesse abrir um novo estabelecimento fabril ou reativar um existente, desde que inoperacional há mais de dois anos e sempre que estivesse em causa a introdução de qualquer modificação no equipamento industrial ou fabril ou a transferência de propriedade industrial para estrangeiros ou nacionais, em caso de mudança de local<sup>xiii</sup>.

Em 1930, a atividade têxtil nacional compreendia 877 estabelecimentos que davam trabalho a 37.917 operários. O distrito do Porto liderava, com 235 empresas no sector (27% do total de empresas têxteis) e com 18.192 trabalhadores (48% do pessoal), seguindo-se, em número de empresas, o distrito de Castelo Branco, com 153 (17%) e o distrito da Guarda, com 104 (12%). Só depois surgiam os distritos de Braga e Lisboa, com 101 e 98, respetivamente. A região da *Beira Interior* reunia 29% do total de empresas têxteis do país, distribuídas principalmente pelos concelhos de Covilhã, Castelo Branco e Guarda. Em segundo plano, distribuíam-se pelos concelhos de Gouveia, Seia e Manteigas, no distrito da Guarda. Relativamente ao volume de emprego na indústria têxtil, os distritos de Braga e Lisboa possuíam mais de 5 mil operários cada, ao passo que o de Castelo Branco empregava 3.056 operários, dos quais 2.930 (96% do pessoal do distrito) trabalhava na Covilhã. O da Guarda contava com 1.603 trabalhadores, constituindo o concelho de Gouveia o maior empregador distrital, com cerca de 1.000 operários<sup>xiv</sup>.

A situação da indústria de lanifícios a nível regional viria a beneficiar da conjuntura internacional decorrente da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e da II Guerra Mundial (1939-1945) que, pela diminuição da concorrência externa e pelo aumento da procura de fardamentos militares, representavam uma nova oportunidade de expansão. Em 1940, a Covilhã concentrava 60% da produção têxtil nacional.

A estatística industrial de 1943, referida às fábricas de lanifícios do país, expressa nitidamente o lugar de destaque do concelho da Covilhã no contexto nacional: 132 fábricas, de um total de 404 empresas, o equivalente a 33% das fábricas de Portugal e a 40% dos trabalhadores de lanifícios do país. A região da Serra da Estrela, abrangendo a Covilhã, Guarda (62 empresas), Seia (18 fábricas) e Gouveia (15 fábricas), assume-se como o principal centro de lanifícios do país. Mesmo comparando com os dados do pessoal das duas principais cidades de Portugal, verificamos que o distrito de Castelo Branco, pelo peso da Covilhã (5.390 trabalhadores), é o maior empregador, seguido do da Guarda, para o qual muito contribuem os 1.258 operários do concelho de Gouveia<sup>xv</sup>.

À escala regional, comparando o número de motores instalados em 1911 com os de 1943, sobressaem as profundas mudanças verificadas na indústria de lanifícios. Os motores elétricos representam agora a maioria do total instalado (1.161 na região), ao passo que, no início da primeira década do século, as rodas hidráulicas constituíam a força dominante, seguida do vapor e dos motores de explosão. No concelho da Covilhã também dominam os motores elétricos, num total de 916, existindo apenas 49 dos motores primários (19 rodas hidráulicas, 16 motores de explosão, 10 turbinas hidráulicas e 1 motor de vapor) e 38 geradores para as caldeiras a vapor<sup>xvi</sup>.

Em 1945, as 140 fábricas da Covilhã empregavam mais de 6.000 operários. Em 1954, contabilizavam-se 310 industriais, com 1.334 teares mecânicos e 723 manuais, e mais de 7.000 operários. Em 1960, as 104 empresas existentes empregavam mais de 8.529 trabalhadores. Em 1973, registavam-se 1.598 teares mecânicos e 8.221 operários<sup>xvii</sup>.

A adesão de Portugal à EFTA, negociada em finais de 1959, proporciona a abertura ao exterior e facilita o acesso a novos mercados, apesar de amplificar os perigos da concorrência face a uma débil e, até então, protegida indústria nacional. Esta tendência viria a acentuar-se até aos inícios da década de 70, afetando o setor têxtil nacional. A indústria de lanifícios portuguesa apresentava-se então deficientemente estruturada, registando carências significativas ao nível das condições técnicas e dos elevados custos de produção. Acusava ainda um acentuado predomínio das pequenas e médias empresas - 75 % das fábricas empregavam até 50 operários e só 43 detinham mais de 100 trabalhadores - e uma escassa modernização dos equipamentos. Apenas 1% dos teares eram automáticos, muito longe dos 27% da França, dos 31% da Dinamarca ou dos 34% da Suíça. Por outro lado, 75% do equipamento da fiação de penteado e de cardado e 87% do equipamento da tecelagem eram anteriores aos finais da 2ª Guerra Mundial<sup>xviii</sup>.

### 3. Um desfecho anunciado

A produção de tecidos da Covilhã que, em 1940, tinha representado 60% da produção nacional, veio sucessivamente a decrescer, tendo passado, em 1950, para 51,3%, em 1960, para 47,7% e, em 1970, para 35,6%. A falta de competitividade da cidade acentuou-se ao longo deste período,

uma vez que, concomitantemente, se foi registando um aumento do número dos efetivos ocupados na indústria. Assim, enquanto que, em 1940, estes representavam 31% do total nacional, em 1950, aumentaram para 44,1% e, em 1960, para 43,9%. Quando, em 1970, se tentou realizar uma última reestruturação e modernização, o peso da mão-de-obra passou para 36,4% daquele total<sup>xix</sup>. Nesta data eram já muitos os sintomas de esgotamento do modelo económico de mono-industrialização, até então vigente.

Em 1974, com o 25 de Abril, o conturbado período que se lhe seguiu refletiu-se no encerramento de um número significativo de empresas industriais. A crise energética dos inícios da década de 70 e a mudança do regime político que as havia encapsulado nas malhas de um protecionismo que lhes empalidecera o vigor das primeiras décadas do séc. XX, apressou-lhes a queda. A perda dos mercados coloniais, em que muitas empresas tinham apostado em exclusividade, agravada pela subida dos salários, precipitou um desfecho há muito anunciado, transformando os centros laneiros da região em espaços sociais profundamente depressivos. A Covilhã irá apostar numa profunda reconversão que a irá conduzir à brusca alteração do paradigma económico e social até aí vigente, assente na mono-industrialização e na pulverização empresarial. A par da concentração industrial do reduzido número das explorações industriais que subsistiram e que para sobreviver apostaram na modernização tecnológica e na produção em larga escala, o progressivo desenvolvimento do ensino superior irá transformá-la numa cidade universitária e de serviços. Acompanhando a Covilhã, as restantes localidades desta região serrana não conseguiram resistir aos fortes ventos da globalização, acabando por privilegiar, em detrimento dos tradicionais centros industriais europeus, uma nova implantação no Norte de África e em emergentes áreas asiáticas.

#### 4. Novos desafios

Na *Beira Interior* subsiste ainda hoje um impressionante património industrial, que requer uma intervenção de salvaguarda à dimensão da longa história industrial que condensa e da experiência acumulada que ainda preserva, sobretudo pelas vivências dos últimos personagens que lhe sobreviveram. Não deixa de ser significativo que, atualmente, é na Covilhã que se encontra instalada a maior empresa de lanifícios europeia<sup>xx</sup> e que o curso de *Design* de Moda, da Universidade da Beira Interior, continua a cativar um número significativo de promissores talentos. A par destas potencialidades, um conjunto de iniciativas de natureza cultural, nos domínios da museologia e da preservação do património industrial, bem como da cultura agropastoril continuam a ser aprofundadas, demonstrando a permanência e vitalidade de alguns dos mais significativos traços da ancestral cultura laneira, particularmente na Covilhã, em Manteigas, Gouveia, Guarda, Fundão e Cebolais de Cima. Merecem destaque os novos usos dados a alguns dos mais importantes edifícios industriais e, particularmente, as intervenções empreendidas pela Universidade da Beira Interior, UBI, bem como a adaptação a residências universitárias de antigos edifícios fabris, levada a efeito no Sineiro, no âmbito da preservação e reabilitação do

património industrial. Destaca-se, neste domínio, a criação e o desenvolvimento de museus e de núcleos museológicos temáticos, de que se salienta o *Museu de Lanifícios* da Universidade da Beira Interior, com os núcleos da *Real Fábrica de Panos*, da *Real Fábrica Veiga* e das *Râmolas de Sol*, para além de um *Centro de Documentação /Arquivo Histórico* vocacionado para salvaguardar as memórias têxteis, produzidas em diversos suportes, a nível nacional.

Atualmente assiste-se ainda à dinamização e ao estabelecimento de rotas e percursos de interesse turístico no domínio da preservação da cultura agro-pastoril e do património industrial, particularmente, os desenvolvidos pela UBI, no âmbito do projeto transnacional *Rota da Lã, TRANSLANA*, para além dos eventos levados a efeito pela freguesia de Fernão Joanes (Guarda) e pela autarquia do Fundão, com a institucionalização da participada *Festa dos Chocalhos*.

No domínio dos novos usos para o património industrial salienta-se o projeto *New Hand Lab*, que pretende dinamizar atividades de natureza artística e de produção e moda têxtil, em instalações da antiga Fábrica Estrela, na Covilhã<sup>xxi</sup>.

As iniciativas assentes na salvaguarda, musealização e divulgação dos patrimónios agro-pastoril e industrial têm despertado o interesse e a adesão de novos e diversificados públicos apreciadores de vivências culturais balizadas quer pelo rigor técnico quer pela autenticidade das experiências que proporcionam.

No âmbito da dinamização industrial merece destaque especial a criação de algumas microempresas de produção têxtil, com uma produção dirigida a estreitas faixas de um público alvo apreciador dos tecidos que incorporam tradição e inovação, baseadas no percurso milenar da indústria de lanifícios da Beira Interior, e de que é um exemplo modelar a *Burel Factory*, sedeadada em Manteigas.

Estas novas experiências poderão constituir um suporte fiável ao desenvolvimento sustentado do território.

---

<sup>i</sup> Tratou-se de André Nunes, Jorge Fróis e Luís Romão de Sinel.

<sup>ii</sup> Veja-se de SILVA, João A. de Carvalho Rodrigues da, *Memória sobre o estado actual das Fábricas de Lanifícios da Vila da Covilhã que retardam a sua última perfeição*. Lisboa: Imprensa Régia, 1803, pp.22-23 (DIAS, L. F. Carvalho, *Lanifícios*, 68, 1955, pp.356); PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial : Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa : Difel, 1994, pp. 121-134.

<sup>iii</sup> Decreto promulgado em 20-12-1864.

<sup>iv</sup> PINHEIRO, Elisa C., *Rota da Lã TRANSLANA, percursos e marcas de um território de fronteira (...)*, Vol.II, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. 2009, pp. 487- 488.



---

<sup>v</sup> Idem, *Ibidem*, pp.608-609.

<sup>vi</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 613- 614.

<sup>vii</sup> PINHEIRO, Elisa C., *Rota da Lã TRANSLANA, percursos e marcas de um território de fronteira (...)*, Vol I, 2008, pp 263-264.

<sup>viii</sup> SILVEIRA, J. H. Fradesso da, *As fábricas de Portugal, indagações relativas aos tecidos de lã (...)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, pp.112-127.

<sup>ix</sup> PORTUGAL. Repartição de Estatística. Comissão Central Directora do Inquérito Industrial - *Inquérito industrial de 1881*. Lisboa : Imprensa Nacional, vol 3, 1882, pp. 182-209.

<sup>x</sup> PEREIRA, Míriam Halpern. "Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista". *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: A indústria têxtil europeia (...)*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2002, pp. 579-580.

<sup>xi</sup> PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria - Indústrias fabris e manufactureiras: inquérito de Gabinete. *Inquérito industrial de 1890*. Lisboa : Imprensa Nacional, vol. 3, 1891, pp. 301-371.

<sup>xii</sup> PORTUGAL. Direcção Geral do Commercio e Industria - Relatório dos Serviços da 2.<sup>a</sup> Circunscricção dos Serviços Técnicos da Indústria em 1911. *Boletim do trabalho industrial*. Lisboa. Nº 79 (1912), pp.13-81.

<sup>xiii</sup> Vejam-se o decreto nº 19.409, de 4-03-1931, a lei 1956, de 17-05-1937 e o decreto nº27772, de 23-06-1937, remodelado pelo decreto nº27994, de 26-08-1937.

<sup>xiv</sup> PORTUGAL. Direcção Geral do Commercio e Industria. " Registo do trabalho nacional : estatística dos estabelecimentos industriais e pessoal empregado, referida a 31 de Dezembro de 1930". *Boletim do trabalho industrial*. Lisboa. Nº 150 (1931), pp. 38-39; 46-47;98-99;106-107;

<sup>xv</sup> PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística - *Estatística industrial de 1943*. Lisboa : Sociedade Astória, Lda., 1945, pp. 270-301.

<sup>xvi</sup> Idem, *Ibidem*, Passim.

<sup>xvii</sup> PORTUGAL. Comissão de Planeamento da Região Centro (1973). *Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo sub-grupo da indústria do Grupo de Trabalho nº6 - Cova da Beira* [Policopiado], pp. 85-88.

<sup>xviii</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 16, 331-335.

<sup>xix</sup> Idem, *Ibidem*, pp.19-20.

<sup>xx</sup> Trata-se do Grupo Paulo de Oliveira, S.A.. Merece, igualmente, destaque, pela inovação têxtil praticada, a FITECOM, instalada no Parque Industrial do Tortosendo.

<sup>xxi</sup> Cf. PINHEIRO, o. cit., 2009, pp.560; 563-564; 569.